

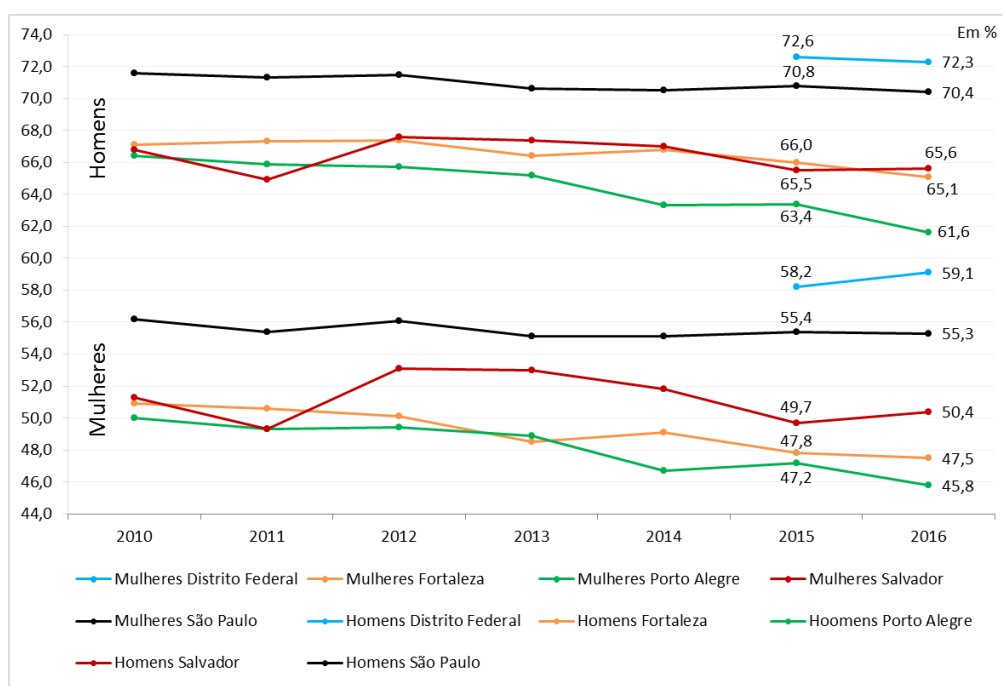
As Mulheres nos Mercados de Trabalho Metropolitanos

Entre 2015 e 2016, a proporção de mulheres com dez anos ou mais inseridas no mercado de trabalho, na situação de ocupadas ou desempregadas – taxa de participação feminina –, decresceu em Porto Alegre e Fortaleza, registrou crescimento no Distrito Federal e Salvador e relativa estabilidade em São Paulo.

Taxa de participação feminina tem comportamento diverso nas regiões

Entre 2015 e 2016, a proporção de mulheres com dez anos ou mais inseridas no mercado de trabalho, na situação de ocupadas ou desempregadas – taxa de participação feminina –, decresceu em Porto Alegre e Fortaleza, registrou crescimento no Distrito Federal e Salvador e relativa estabilidade em São Paulo.

Gráfico A
Taxas de Participação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2010-2016



Fonte: Convênio DIEESE – SEADE, MTb/FAT e Convênios Regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Taxa de desemprego aumenta em menor intensidade para as mulheres na maioria das regiões

A taxa de desemprego total aumentou para homens e mulheres em todas as regiões pesquisadas pelo Sistema PED¹, todavia, os acréscimos nas taxas de desemprego das mulheres ocorreram em intensidade bastante inferior que os dos homens. Para ambos os sexos, a maior elevação relativa ocorreu em Fortaleza; e a menor, em Porto Alegre. Em todas as regiões as elevações nas taxas de desemprego refletiram a queda no nível ocupacional. Diferente do que ocorreu na última década, em que a redução da taxa de desemprego esteve associada ao crescimento da atividade econômica e, por conseguinte, ao aumento da ocupação.

Muito embora tenha ocorrido uma relativa aproximação das taxas de desemprego entre mulheres e homens nos últimos anos e, considerando os efeitos menos perversos da desaceleração econômica entre as mulheres se comparado aos homens em 2015, ainda persistem as diferenças entre as taxas de desemprego feminina e masculina. As mulheres

¹ As informações para o ano de 2015 são relativas às regiões metropolitanas de Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Paulo e para o Distrito Federal. Para esta última região, no entanto, não há informação para o ano de 2014.

continuam a apresentar taxas mais elevadas, ainda que elas exerçam uma menor pressão sobre o mercado de trabalho. Muito embora essa diferença tenha reduzido em todas as regiões nos últimos anos, em 2016 a diferença entre as taxas voltou a crescer. No ano em análise, as maiores distâncias entre as taxas de desemprego de homens e mulheres foram observadas no Distrito Federal e em Salvador, e a menor diferença ocorreu em Porto Alegre.

Tabela A
Taxas de desemprego por sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009-2015-2016

Regiões Metropolitanas	MULHERES									Taxa de Desemprego Total Variação Relativa 2016/2015 (%)
	2009			2015			2016			
	Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto	
Distrito Federal	18,8	13,3	5,5	15,3	12,8	2,5	19,7	17	2,7	28,8
Fortaleza	12,9	8,0	5,0	9,5	7,7	1,8	14,1	11,8	2,3	48,4
Porto Alegre	13,5	10,9	2,6	9,1	8,3	0,8	11,2	10,2	1,0	23,1
Salvador	23,2	15,2	8,0	20,5	16,5	4,0	26,0	20,4	5,6	26,8
São Paulo	16,2	12,4	3,8	14,3	12,4	1,9	18,3	15,9	2,4	28,0

Regiões Metropolitanas	HOMENS									Taxa de Desemprego Total Variação Relativa 2016/2015 (%)
	2009			2015			2016			
	Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto	
Distrito Federal	13,0	7,9	5,1	12,0	8,9	3,1	15,8	12,2	3,6	31,7
Fortaleza	10,0	6,0	4,0	7,8	6,4	1,4	12,3	9,7	2,6	57,7
Porto Alegre	9,1	6,7	2,4	8,4	6,9	1,5	10,2	8,7	1,5	21,4
Salvador	15,9	9,1	6,7	17,0	11,1	5,9	22,4	14,1	8,3	31,8
São Paulo	11,6	7,7	3,9	12,2	9,7	2,5	15,5	12,3	3,2	27,0

Fonte: Convênio DIEESE – SEADE, MTb/FAT e Convênios Regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

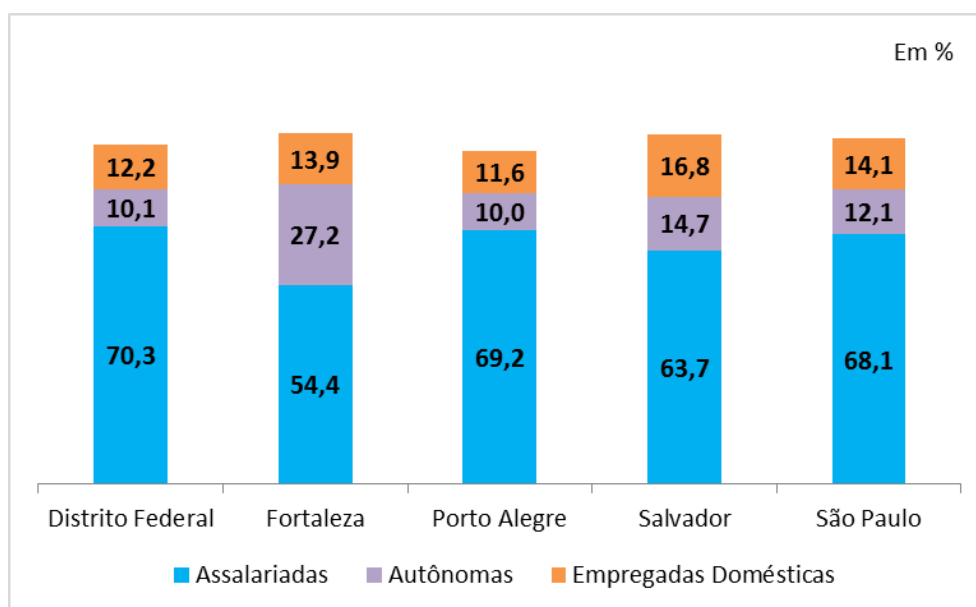
Cresce o emprego assalariado com carteira de trabalho assinada no setor privado para as mulheres

A participação da mulher na atividade econômica ampliou-se nos últimos anos num contexto de relativa melhora do mercado de trabalho. A recuperação do mercado de trabalho favoreceu a continuidade do aumento da participação feminina, bem como ajudou na consolidação de sua presença mais plena na atividade econômica, o que se manifesta na aproximação dos perfis das participações masculina e feminina nos mercados de trabalho. No entanto, em 2016, o declínio mais intenso no nível de ocupação refletiu na composição das formas de inserção ocupacional das mulheres reduzindo a sua participação no emprego assalariado, especialmente no que tange a formalização no setor privado.

Em 2016 a maior proporção de mulheres no assalariamento ocorreu no Distrito Federal (70,3%) e em Porto Alegre (69,2%). Na região Nordeste observou-se os menores

níveis de assalariamento: Salvador (63,7%) e Fortaleza (54,4%). A proporção de mulheres autônomas cresceu no Distrito Federal, em Fortaleza e Porto Alegre, muito embora o trabalho autônomo continue sendo mais presente na vida das mulheres nas regiões do Nordeste, variando de 14,7%, em Salvador, a 27,2%, em Fortaleza. O emprego doméstico, forma de inserção tradicionalmente feminina, apareceu como segunda inserção de maior importância na estrutura ocupacional das mulheres em quase todas as regiões, a exceção ocorreu em Fortaleza. Constataram-se as maiores proporções de mulheres inseridas no emprego doméstico nas regiões de Salvador, 16,8%, e São Paulo, 14,1%. A menor proporção foi observada em Porto Alegre (11,6%) (Gráfico B).

Gráfico B
 Distribuição das mulheres ocupadas segundo formas de inserção
 Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2016

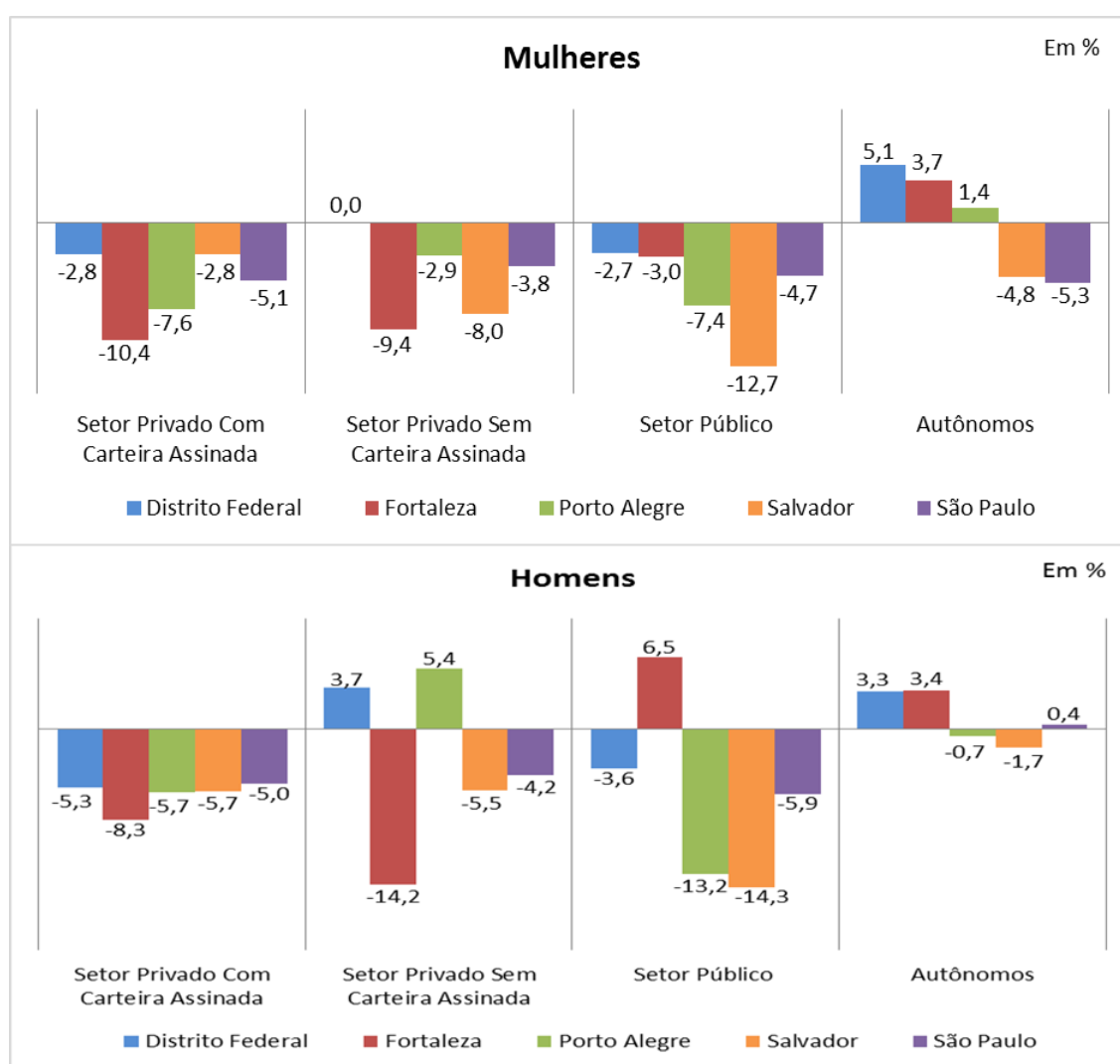


Fonte: Convênio DIEESE – SEADE, MTb/FAT e Convênios Regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Entre 2015 e 2016 os dados da PED mostraram que, independente da região analisada, o declínio no nível ocupacional atingiu mulheres e, com maior intensidade, os homens. Os efeitos mais fortes da desaceleração da atividade econômica, em 2016, atingiram as mulheres reduzindo sua presença no emprego assalariado no setor privado com carteira de trabalho assinada, em todas as regiões: Fortaleza (-10,4%), Porto Alegre (-7,6%), São Paulo (-5,0%), Salvador e Distrito Federal (-2,8%). Movimento semelhante ocorreu com os homens nessa posição, em que houve declínio nas cinco regiões. A ocupação no setor privado sem carteira assinada decresceu para as mulheres em quase todas as regiões. O

emprego assalariado no setor público declinou entre as mulheres, em todas as regiões. Já, para os homens, houve crescimento em Fortaleza. O trabalho autônomo aumentou para as mulheres no Distrito Federal, em Fortaleza e Porto Alegre, declinando nas demais áreas metropolitanas. Para os homens houve crescimento do trabalho autônomo no Distrito Federal e Fortaleza, redução em Salvador e relativa estabilidade em São Paulo (Gráfico C).

Gráfico C
Variação anual da ocupação segundo formas de inserção e sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015-2016



Fonte: Convênio DIEESE – SEADE, MTb/FAT e Convênios Regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

O emprego assalariado diminuiu sua importância relativa na estrutura ocupacional das mulheres em 2016, mantendo o quadro de menor participação feminina no emprego assalariado em relação aos homens. A forma de inserção autônoma ampliou sua importância

na ocupação feminina, em quase todas as regiões, mas ainda assim foi inferior à presença masculina. O setor público apresentou menor participação relativa na estrutura ocupacional das mulheres em relação aos homens, com exceção do Distrito Federal (Tabela B).

Tabela B
Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2016

(Em %)

Sexo e Regiões	Posição na Ocupação											
	Total	Assalariados (1)					Setor Público (2)	Autônomos	Empregados Domésticos			Demais (3)
		Total	Setor Privado		Total	Mensalista			Diarista			
			Total	Com Carteira Assinada						Sem Carteira Assinada		
Mulheres												
Distrito Federal (4)	100,0	70,3	47,0	40,5	6,6	23,2	10,1	12,2	8,1	4,0	7,4	
Fortaleza	100,0	54,4	45,5	37,4	8,1	8,9	27,2	13,9	8,8	5,1	4,5	
Porto Alegre	100,0	69,2	54,5	50,2	4,3	14,7	10,0	11,6	7,6	4,0	9,2	
Salvador	100,0	63,7	53,5	46,6	6,9	10,2	14,7	16,8	12,8	4,0	4,8	
São Paulo	100,0	68,1	57,6	51,0	6,6	10,5	12,1	14,1	8,0	6,1	5,7	
Homens												
Distrito Federal (4)	100,0	74,5	50,7	42,4	8,3	23,8	14,1	(5)	(5)	(5)	10,7	
Fortaleza	100,0	66,6	59,2	48,9	10,3	7,4	27,6	(5)	(5)	(5)	4,8	
Porto Alegre	100,0	71,0	62,3	55,8	6,5	8,7	17,0	(5)	(5)	(5)	11,7	
Salvador	100,0	71,4	63,7	56,9	6,7	7,8	22,2	(5)	(5)	(5)	5,7	
São Paulo	100,0	71,9	66,1	57,2	8,9	5,8	19,7	(5)	(5)	(5)	8,0	

Fonte: Convênio DIEESE – SEADE, MTb/FAT e Convênios Regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (Governos Municipal, Estadual, Federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.). (3) Inclui empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem

remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais. (4) No caso da PED-DF, refere-se à população de 14 anos e mais.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A jornada de trabalho (reflete o tempo) das mulheres (para o trabalho)

O exame da jornada de trabalho é fundamental para identificar o peso que as responsabilidades familiares têm para as mulheres. Isso fica explícito na maior presença das mulheres em atividades de tempo parcial, e na sua inserção em determinados tipos de postos de trabalho e setor de atividade. Para os homens, em média, as jornadas de trabalho são bem mais extensas do que para as mulheres, em todas as regiões pesquisadas.

Não há diferença significativa de uma região para outra com relação ao tempo dedicado ao trabalho pelas mulheres. Em Salvador e São Paulo foram observadas as menores jornadas de trabalho, 38 horas semanais. Em Fortaleza e Porto Alegre (40 horas semanais) a jornada foi superior, seguida do Distrito Federal (39 horas) (Tabela C). Esse dado revela que os cuidados com a família e o lar, atribuições histórica e socialmente reservadas

às mulheres, refletem na sua menor disponibilidade para exercer jornada integral de trabalho. As limitações impostas pelas responsabilidades familiares limitam a inserção e dedicação das mulheres às atividades produtivas desenvolvidas no mercado de trabalho, interferindo nas possibilidades de investimento e crescimento profissional.

Tabela C
 Jornada média semanal dos ocupados, no trabalho principal, segundo sexo
 Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2016

(em horas)

Regiões Metropolitanas	Jornada Média Semanal		
	Total	Mulheres	Homens
Distrito Federal	40	39	41
Fortaleza	42	40	43
Porto Alegre	42	40	43
Salvador	41	38	42
São Paulo	41	38	43

Fonte: Convênio DIEESE – SEADE, MTb/FAT e Convênios Regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

O trabalho em jornadas inferiores ao padrão estabelecido pela legislação trabalhista, certamente, permite às mulheres conciliarem a participação no mercado de trabalho e as responsabilidades familiares. Entretanto, trabalhar jornadas parciais implica em menores rendimentos.

Rendimento das mulheres continua menor que o dos homens

As diferenças de renda entre os sexos permanecem muito grandes, dado que elas continuam segregadas em ocupações de menor renda. Essa situação se mantém, ainda que, em anos anteriores a 2016, tenham ocorrido constantes ganhos de rendimentos para as mulheres, inclusive em proporções superiores às variações observadas entre os homens. Em 2016, houve decréscimo no rendimento médio real tanto das mulheres ocupadas como dos homens. O rendimento médio masculino registrou reduções em todas as regiões em proporções superiores às das mulheres, exceto na região de Fortaleza e São Paulo onde as reduções ocorreram na mesma intensidade, relativamente.

As mulheres auferem menores remunerações em todas as posições ocupacionais, tanto no emprego formal como no trabalho autônomo.

Desta forma, no ano em análise, a proporção do rendimento das mulheres ocupadas em relação aos homens aumentou no Distrito Federal, Porto Alegre e Salvador. Estas proporções variaram de 75,7%, no Distrito Federal, a 81,8%, em Salvador. No emprego assalariado também diminuiu a distância entre os rendimentos de mulheres e homens. No trabalho autônomo, as distâncias entre os rendimentos de homens e mulheres ampliaram no período, com exceção da área metropolitana de Fortaleza, aumentando, nas demais regiões, a desigualdade de rendimentos nessa posição, que permanece como a mais desigual (Tabela D).

Tabela D
Rendimento médio real dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2016

Em reais de novembro de 2016

Regiões	Rendimento Médio Real						Proporção dos Rendimentos das Mulheres em relação aos Homens (em %)		
	Mulheres			Homens			Ocupados (1)	Assalariados (2)	Autônomos
	Ocupados (1)	Assalariados (2)	Autônomos	Ocupados (1)	Assalariados (2)	Autônomos			
Distrito Federal	2.760	3.170	1.286	3.644	3.621	2.111	75,7	87,5	60,9
Fortaleza	1.115	1.310	774	1.473	1.500	1.189	75,7	87,3	65,1
Porto Alegre	1.722	1.779	1.251	2.146	2.012	1.926	80,2	88,4	65,0
Salvador	1.207	1.381	763	1.476	1.468	1.230	81,8	94,1	62,0
São Paulo	1.695	1.878	1.057	2.281	2.220	1.903	74,3	84,6	55,5

Fonte: Convênio DIEESE – SEADE, MTb/FAT e Convênios Regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

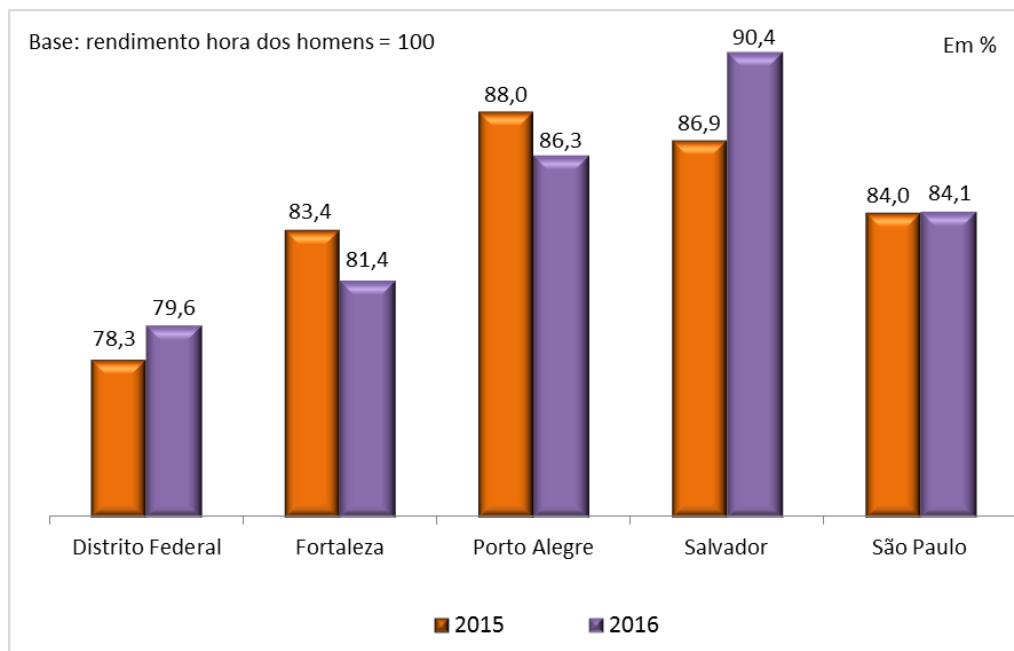
(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflatores utilizados: INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP.

Uma medida da desigualdade de rendimento mais apropriada para efeito de comparabilidade é o rendimento médio real por hora trabalhada, pois esse indicador permite eliminar as distorções ocasionadas pelas diferentes jornadas de trabalho de homens e mulheres. Em 2016, o rendimento médio real por hora feminino em relação ao masculino registrou a maior diferença no Distrito Federal, onde o valor médio auferido pelas mulheres alcançou somente 79,6% do rendimento masculino. A menor diferença foi observada em Salvador, 90,4% (Gráfico D). Cabe ressaltar que os maiores rendimentos médios reais por hora, dentre as regiões pesquisadas, tanto para homens quanto para mulheres, foram pagos no Distrito Federal e em São Paulo. Por outro lado, os menores rendimentos auferidos por ambos ocorreram em Fortaleza e Salvador.

Gráfico D
 Proporção dos rendimentos médios reais por hora (1) das mulheres ocupadas (2)
 em relação aos rendimentos médios reais por hora dos homens
 Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015-2016



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTb/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

(1) Inflatores utilizados: INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP. Valores em reais de novembro de 2016.

(2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Excluídos os que não trabalharam na semana.

Nota técnica

Nº 1: Atualização dos valores absolutos das séries divulgadas pela PED na Região Metropolitana de Porto Alegre — jan./16

Com a atualização das estimativas populacionais da FEE, o Núcleo de Demografia e Previdência ajustou a série histórica populacional realizada anteriormente para a Região Metropolitana de Porto Alegre.

A população total dos meses de julho do período 2000 a 2014 de cada ano é fornecida pelas Estimativas Populacionais FEE – Revisão 2015, enquanto que as populações totais para os demais meses de 2000 a 2014 e para todos os meses a partir de 2015 foram interpoladas e projetadas utilizando técnica de tendência.

A PED RMPA altera suas séries em números absolutos, a partir de agosto de 2000, referentes a População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados, Desempregados e Inativos com pelo menos 10 anos.

Instituições participantes

Metodologia: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)

Apoio: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) / Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Parceiros regionais

Distrito Federal: Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal (SEDESTMIDH-DF) e Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN).

Fortaleza: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).

Porto Alegre: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS); e Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE); e Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho.

São Paulo: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).